

# Ruralistas distanciam-se de FHC

Indecisão da bancada na votação da urgência dos juros irritou presidente

por Eliane Cantanhêde  
de Brasília

A posição dúbia da bancada ruralista, na votação da urgência para o projeto dos juros, deixou seqüelas nas suas relações com o governo. A irritação começou com o próprio presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e irradiou-se pelas lideranças governistas, principalmente contra o líder do movimento na Câmara, deputado Nélson Markezelli (PTB-SP). A partir de agora, ele é considerado "persona non grata" no Palácio do Planalto, que está à procura de um novo interlocutor entre os ruralistas.

Já na reunião de Fernando Henrique com todos os líderes dos partidos governistas, quando ficou decidido que o projeto iria mesmo para votação, o presidente reagiu quase com rispidez ao aviso do líder do PP, Odelmo

Leão, que é também ruralista, de que a bancada votaria contra. "O governo já cedeu tudo o que podia e o que não podia, até porque a agricultura estava de fato precisando. Mas agora acabou. Não haverá mais concessões", avisou ele.

Numa reunião do grupo, pela manhã, os ruralistas haviam decidido votar em bloco a favor do requerimento da deputada Jandira Feghalli (PC do B-RJ), pedindo urgência para o projeto. Markezelli, pessoalmente, entrou no corpo-a-corpo para obter votos contra o governo. Pouco antes da sessão, quando criticava abertamente as taxas de juro e defendia a urgência, o líder ruralista chegou a protagonizar uma cena supra-ideológica na entrada do plenário.

De um lado, Markezelli era abraçado pela própria comunista Jandira Feghalli:

"Vamos logo, companheiro, para garantir o quórum", conclamava ela. De outro, um tapinha nas costas do deputado petista Paulo Bernardo, de Santa Catarina. "Com essa soma de votos, vai ser um banho", previa ele.

O excesso de otimismo e a animação, entretanto, foram abortados por uma "tropa de choque" governista. Já dentro do plenário, os líderes Luiz Carlos Santos (governo), José Aníbal (PSDB) e Inocêncio Oliveira (PFL), além dos vice-líderes Benito Gama (PFL) e Jackson Pereira (PSDB), cercaram Markezelli e foram logo avisando: "O governo concedeu um financiamento de R\$ 30 milhões, alongou a dívida do setor e tem cumprido todos os seus tratos", avisou um. "Mas, paciência tem limite", disse outro. "E não vamos ficar eternamente com a faca no

pescoço", encerrou um terceiro.

Resultado: Markezelli recuou, saiu do plenário antes de votar e rapidamente fez correr entre os ruralistas que a bancada estava liberada para votar como bem quisesse. O maior índice de desobediência partiu da bancada gaúcha, no qual oito dos dezoito votos a favor do requerimento partiram dos governistas, em geral ligados à área rural.

No final do dia, abatido, Markezelli tentou explicar a mudança de posição: "Encerrou-se uma batalha, mas continuamos condenando os juros altos e vamos insistir nessa questão em agosto", disse. No Planalto, Fernando Henrique cristalizava sua decisão: não queria mais conversa com Markezelli. Seus substitutos, na interlocução com o governo, poderão ser Vadão Gomes

(PMDB-GO) ou o próprio líder pepista, Odelmo Leão.

Outro efeito da ameaça ruralista: Benito Gama e Jackson Pereira têm encontro, hoje, no Palácio do Planalto, com o secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira. Vão sugerir que o governo evite sobressaltos do gênero com medidas pragmáticas. Uma delas seria selecionar cinquenta deputados do PMDB e garantir o apoio incondicional deles, "a qualquer custo".

Esse contingente, somado aos parlamentares dos demais partidos governistas, seria suficiente para a aprovação das futuras reformas constitucionais. E garantiria enorme folga na aprovação das regulamentações das flexibilizações dos monopólios. Afinal, elas exigem apenas maioria simples de votos — metade mais um dos presentes.